

APRESENTAÇÃO

Enquanto fechamos a organização deste volume da Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade e preparamos o seu texto de apresentação, entramos em mais um momento crítico do processo de reconhecimento dos direitos quilombolas. Estamos mais uma vez à espera de uma decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à constitucionalidade do decreto presidencial nº 4.887, de 2003, que regulamenta o artigo constitucional 68 (ADCT), de 1988, por meio do qual, pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu a existência de comunidades remanescentes de quilombos e lhes atribuiu direitos territoriais.

O momento político, marcado por retrocessos de toda ordem, atinge diretamente os movimentos camponeses e sem terra, os povos tradicionais, indígenas e quilombolas, fundamentalmente em razão destes figurarem como obstáculos à completa mercantilização da terra, ao avanço sem limites da monocultura, à ruptura definitiva com a ética de equilíbrio e respeito à natureza. Não é fruto de pura coincidência que tais razões materiais estejam vinculadas à luta política e simbólica em torno da educação, na qual um movimento autodesignado Escola Sem Partido propõe, basicamente, projetar sobre o campo educacional a mesma lógica mercantilista, monocultora e de ruptura ética.

A diversidade é um obstáculo à lógica de produção em série de corpos e mentes exigida por essa espécie brutal de capitalismo, que tomou conta da nossa economia e política. Em uma reunião dos maiores expoentes do agronegócio no país, realizada em dezembro de 2013, por exemplo, um dos presentes bradava que a propriedade é o nosso direito mais sagrado, enquanto outro “acusava” um dos ministros do governo à época de receber em seu gabinete “tudo de ruim”, como indígenas, quilombolas, gays e lésbicas. Menos de quatro anos depois, eles estão no poder, promovendo todo tipo de ataques à Constituição Cidadã, como ficou conhecido o texto constitucional de 1988.

O tema deste número 49, dossiê Educação em Quilombos, tem seus fundamentos nos citados decreto e artigo constitucional, completados no campo educacional pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. A partir deste documento, que resultou de um amplo processo de consulta a comunidades quilombolas de todo o país, o sistema educacional nacional reconheceu a necessidade e se abriu à possibilidade de rever currículos, materiais didáticos, processos de formação de professores, assim como de organização e gestão das escolas que atendem comunidades quilombolas, tendo em vista o respeito aos seus valores sociais, culturais e históricos.

Quais as razões dessas propostas? Como esse processo ocorreu nos planos regional e local? Ele está enraizado o suficiente para enfrentar os desafios dessa conjuntura? Está na hora de realizarmos balanços e revisarmos processos. Está na hora de olhar para os acúmulos realizados em busca de apoio à reflexão e à ação. Este volume procurar ser uma contribuição nesta direção.

O primeiro texto reflete sobre as bases dessa política por meio do caso específico da comunidade do Cangume (Vale do Ribeira paulista). Trata-se de entender o modo pelo qual agentes, práticas e saberes escolares podem operar na produção e ressignificação de uma “função de alteridade” da comunidade quilombola diante da sociedade do seu entorno. Tal descrição tem por objetivo colocar a pergunta: é possível reconhecer a dignidade cultural dessas comunidades sem questionar tais agentes, práticas e saberes escolares?

Em seguida temos três textos que investigam processos estaduais ou regionais de discussão e construção da proposta de educação diferenciada para comunidades quilombolas. O primeiro trata das motivações políticas para a construção das diretrizes curriculares para educação escolar no Estado da Bahia a partir do diálogo com o conjunto dos agentes que participaram da sua elaboração, buscando analisar igualmente o contexto sociopolítico de produção desta política pública e os dilemas enfrentados para sua continuidade e conseqüente institucionalização. Com foco no contexto do semiárido pernambucano, o artigo subsequente enfatiza igualmente os diálogos sociopolíticos na elaboração de processos e políticas capazes de organizar uma educação diferenciada com base no patrimônio e sentidos culturais das comunidades. Finalizando este panorama, o último trabalho examina as orientações postuladas pelas diretrizes nacionais para educação escolar quilombola e as condições concretas de sua execução entre as comunidades do Vale do Ribeira, em São Paulo, evidenciando as dificuldades enfrentadas para sua real implementação.

Aprofundando tais leituras mais gerais, passamos a quatro textos que nos apresentam análises de casos ou experiências de discussão e implantação de educação diferenciada em comunidades quilombolas específicas. Começamos com um estudo comparativo das experiências educativas de duas comunidades na região sul fluminense, que demonstram a diversidade de caminhos e estratégias que se apresentam ou se produzem em razão das especificidades locais e suas relações com os agentes de interlocução política. A análise de experiências escolares em quilombos situados no Território do Velho Chico, oeste da Bahia, permite constatar como o diálogo intercultural nos planos político e pedagógico pode expressar uma apropriação superficial dos sentidos comunitários, traduzidos em práticas pedagógicas pouco refletidas, mas permite, por outro lado, vislumbrar ações significativas que buscam articular os dilemas étnico-raciais locais e históricos mais amplos da sociedade brasileira.

Finalmente, encerrando a parte temática do volume, dois textos ainda orientados para experiências específicas. No primeiro, as sinergias propiciadas pelas mobilizações políticas no âmbito do movimento quilombola mineiro e as percepções de membros de uma comunidade participante são discutidas como práticas pedagógicas de organização. O último texto enfrenta dilemas pouco debatidos em estudos desta natureza, geralmente afirmativos de sentidos locais idealizados ou projetados da identidade quilombola. Com base em excelente descrição etnográfica, reflete, a partir da experiência de produção de vídeo, as ambigüidades presentes nos processos de construção identitária. Neste sentido, o discurso final encontra eco no que abre este dossiê, ao afirmar a complexidade dos encontros entre alteridades que o reconhecimento dos direitos de existência destes sujeitos propõe, simultaneamente, a eles próprios, aos agentes políticos do Estado, aos pesquisadores e à sociedade brasileira na sua rica e mal aceita pluriculturalidade.

Diante da atual conjuntura política, torna-se necessário o reforço das conquistas e avanços até então em processo de consolidação. O conjunto destas contribuições pode colaborar para o conhecimento da nossa diversidade e para o olhar sobre nós mesmos numa perspectiva de valorização dos diferentes grupos sociais, atentando para um olhar crítico direcionado às desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam as dinâmicas de convivência na contemporaneidade.

A Seção Estudos publica três artigos com temas relevantes para o campo da Educação. O primeiro faz uma análise de como a História da Educação é amparada por

políticas educacionais centradas em ideias criadas e fundamentadas pela pesquisa científica e por propostas que lograram visibilidade contribuindo para a estruturação do campo. O segundo texto conta a experiência de uma pesquisa sobre o papel dos jovens mais jovens nos movimentos de ocupação urbana e seu lugar, em geral, no ativismo político. O último artigo da seção Estudos é uma análise sobre a convivência na escola e o *bullying* entre estudantes, apoiada nas percepções de estudantes de uma escola particular de Educação Básica sobre o maltrato entre iguais.

Todos os artigos publicados neste dossiê representam esforços teóricos de pesquisadores que, dedicados aos mais diversos campos empíricos, se lançam no trabalho de produção rigorosa de análise das mais diferentes realidades socioculturais.

Marcos Luciano Messeder
José Maurício Paiva Andion Arruti